



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 6.880-B, DE 2017**

**(Do Sr. Pedro Cunha Lima)**

Altera a Lei no 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, para incluir procedimentos obrigatórios de rastreabilidade das encomendas postadas; tendo parecer: da Comissão de Defesa do Consumidor, pela aprovação (relator: DEP. SEVERINO NINHO); e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. VITOR LIPPI).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DO CONSUMIDOR;

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Defesa do Consumidor:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, para incluir procedimentos obrigatórios de rastreabilidade das encomendas postadas.

Art. 2º O artigo 11 da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 11. ....

.....

§ 4º Toda encomenda poderá ser rastreada pelo remetente ou destinatário, identificados conforme regulamentação, mediante o fornecimento do seu número de CPF (Cadastro de Pessoa Física) ou número de documento fiscal, quando declarado. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor seis meses após sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A rastreabilidade das encomendas postadas nos Correios representa um benefício para a própria empresa de transporte, para seus usuários e para a economia do país. Atualmente, a empresa pública oferece essa funcionalidade em todos seus serviços de encomendas. Assim, em caso de extravio ou atraso, qualquer pessoa, de posse do código de rastreamento, pode consultar em que fase e onde se encontra o objeto postado.

Entretanto, não é raro usuários perderem o tíquete emitido pela empresa ou ainda, este ficar inteligível, apagado ou danificado das mais diversas formas. Nesses casos e quando o objeto é perdido ou extraviado, não há possibilidade de recuperação do objeto, uma vez que a rastreabilidade das encomendas somente por ser realizada mediante o uso do código constante do referido cupom.

Uma vez que o extravio de encomendas gera custos para todos os envolvidos com o processo, julgamos pertinente a introdução de salvaguardas adicionais que permitam a rastreabilidade dos objetos não somente pelo informe do citado código. Nesse particular, entendemos que a recuperação das informações de localização das encomendas também pelo CPF do destinatário ou do remetente,

assim como pelo número da Nota Fiscal (documento fiscal), em casos de remessa de compras, representaria solução simples para a questão.

Saliente-se que o remetente já tem a necessidade de informar esses dados quando posta as encomendas. Assim sendo, bastam pequenas adaptações nos procedimentos eletrônicos de buscas para que seja resolvido o problema da impossibilidade de localizar objetos quando o código de rastreabilidade estivesse perdido. Ademais, para fins de assegurar a intimidade das pessoas e a inviolabilidade das comunicações, o projeto prevê que o método para a identificação dos solicitantes do rastreamento nestes novos casos deverá ser objeto de regulamentação.

Pelos motivos elencados, esperamos desde já contar com o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 09 de fevereiro de 2017.

Deputado Pedro Cunha Lima

<p align="center"><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA</b>  Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  Seção de Legislação Citada - SELEC</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## **LEI Nº 6.538, DE 22 DE JUNHO DE 1978**

Dispõe sobre os Serviços Postais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO II DO SERVIÇO POSTAL

Art. 11. Os objetos postais pertencem ao remetente até a sua entrega a quem de direito.

§ 1º Quando a entrega não tenha sido possível em virtude de erro ou insuficiência de endereço, o objeto permanecerá à disposição do destinatário, na forma definida em regulamento.

§ 2º Quando nem a entrega, nem a restituição tenham sido possíveis, o objeto será inutilizado, conforme disposto em regulamento.

§ 3º Os impressos sem registro, cuja entrega não tenha sido possível, serão inutilizados, na forma prevista em regulamento.

Art. 12. O regulamento disporá sobre as condições de aceitação, encaminhamento e entrega dos objetos postais, compreendendo, entre outras, código de endereçamento, formato, limites de peso, valor e dimensões, acondicionamento, franqueamento e registro.

§ 1º Todo objeto postal deve conter, em caracteres latinos e algarismos arábicos e no sentido de sua maior dimensão, o nome do destinatário e seu endereço completo.

§ 2º Sem prejuízo do disposto neste artigo, podem ser usados caracteres e algarismos do idioma do país de destino.

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.880, de 2017, de autoria do ilustre Deputado Pedro Cunha Lima, busca alterar a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, conhecida como a “Lei Postal”, de modo a tornar obrigatória a disponibilização de nova funcionalidade para o rastreamento de encomendas por seus remetentes ou destinatários. De acordo com a proposição, esse rastreamento deverá ser possível também a partir do fornecimento do número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou do número de documento fiscal, quando declarado.

Segundo o autor da proposição, embora a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos já ofereça tal funcionalidade em todos seus serviços de encomendas, atualmente o rastreamento só é possível mediante a informação do código próprio, informado no tíquete ou cupom. Assim, quando este documento é extraviado, ou quando o código nesse constante se torna ilegível, o usuário do serviço simplesmente não dispõe de meios para a localização e a recuperação do objeto postado. É esse quadro que a proposição busca alterar.

Decorrido o prazo regimental de cinco sessões, compreendido entre 30/03/2017 e 10/04/2016, o projeto não recebeu emendas no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor.

É o relatório.

### II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso V, alíneas “b” e “c”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete-nos analisar a proposição no que tange a

relações de consumo, medidas de defesa do consumidor, bem como em relação a composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços.

A presente proposição trata de um tema de grande relevância e de grande repercussão sobre os direitos dos usuários do serviço postal. De modo específico, ela busca resolver um problema que aflige a diversos consumidores, que postam suas encomendas e, depois, não conseguem localizá-las posteriormente, por não disporem do código de rastreamento informado no tíquete ou comprovante de entrega.

Entendemos que a sistemática atual de rastreamento, baseada unicamente nesse código, é totalmente ultrapassada. É inadmissível, nos dias atuais, com o nível de sofisticação de dispositivos e funcionalidades tecnológicas que temos disponíveis no mundo, que o contratante de um serviço tão importante, como é o serviço postal, fique refém de um único código ou número. Mesmo os *sites* mais simples de comércio eletrônico – muitos dos quais, inclusive, que se valem dos serviços dos correios – oferecem outras formas de localização de encomendas, mediante o fornecimento do nome ou da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Nessa linha de princípio, consideramos que a proposição que ora relatamos é de grande proveito para a coletividade. Além de livrar os usuários do serviço postal dessa anacrônica dependência de papel, dá a eles mais segurança, na medida em que cria meios alternativos para localização das encomendas por eles postadas ou a eles enviadas.

Vale destacar, por fim, que, como bem ressaltado na justificção da proposição, a criação dessa forma alternativa de rastreamento não representará custo algum, seja para os Correios, seja para os próprios usuários. Com efeito, o fiel cumprimento das disposições da proposição não exigirá mais do que pequenas adaptações nos sistemas de informática da citada empresa pública, a se dar por meio da criação de campos adicionais para inserção e busca de dados sobre as encomendas, nos termos da regulamentação a ser editada.

Por todos os ângulos, consideramos acertada e altamente benéfica a inovação legislativa ora analisada.

Diante de todas essas considerações, votamos pela **aprovação** do

Projeto de Lei nº 6.880, de 2017.

Sala da Comissão, em 25 de maio de 2017.

Deputado SEVERINO NINHO

Relator

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Defesa do Consumidor, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 6.880/2017, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Severino Ninho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Rodrigo Martins - Presidente, João Fernando Coutinho, Ricardo Izar e Eros Biondini - Vice-Presidentes, Aureo, Carlos Eduardo Cadoca, Celso Russomanno, César Halum, Chico Lopes, Eli Corrêa Filho, Irmão Lazaro, Ivan Valente, José Carlos Araújo, Kaio Maniçoba, Maria Helena, Severino Ninho, Weliton Prado, André Amaral, Átila Lira, Cabo Sabino, Carlos Henrique Gaguim, Jose Stédile, Lucas Vergilio e Moses Rodrigues.

Sala da Comissão, em 7 de junho de 2017.

Deputado **RODRIGO MARTINS**

Presidente

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 6.880, de 2017, apresentado pelo nobre Deputado Pedro Cunha Lima, altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, para permitir ao remente e ao destinatário a possibilidade de rastrear encomendas mediante fornecimento do número de Cadastro de Pessoa Física – CPF ou número de documento fiscal, quando declarado.

A matéria foi distribuída para as Comissões de Defesa do Consumidor e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para análise e apreciação de

mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise quanto aos pressupostos de admissibilidade relativos àquela Comissão.

Na Comissão de Defesa do Consumidor, a matéria foi aprovada sem emendas. Nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, foi aberto o prazo de cinco sessões para a apresentação de emendas à matéria. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas.

Cabe, regimentalmente, a esta Comissão manifestar-se sobre o projeto de lei em epígrafe, sob a ótica do que prescreve o inciso III do artigo 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

## **II - VOTO DO RELATOR**

O rastreamento de objetos postais é uma funcionalidade amplamente difundida nas grandes empresas de transporte de encomendas, tanto estrangeiras quanto nacionais. Isso se tornou realidade, em grande medida, como consequência da expansão das redes de telecomunicações e do barateamento dos insumos informáticos. Chegamos ao ponto que a possibilidade de o destinatário acompanhar em tempo real o transporte de suas encomendas pode mostrar-se um diferencial decisivo na adoção desta ou daquela empresa de logística por parte do remetente. Isso é especialmente verdade para lojistas que atuam em setores da economia extremamente dinâmicos, como o comércio eletrônico.

Diante desse cenário, as empresas de logística desenvolveram procedimentos e sistemas distintos para disponibilizar aos clientes as facilidades do rastreamento de objetos. Em comum, vemos que todos esses sistemas permitem ao cliente a funcionalidade de rastrear o objeto postal por meio do número de rastreio. Outras empresas desenvolveram sistemas mais amigáveis, capazes de fornecer ao cliente as informações de rastreio após fornecimento de dados do próprio destinatário da encomenda, como seu número de Cadastro de Pessoa Física – CPF.

Como destaca o autor do projeto, o uso do código de rastreio é problemático, uma vez que, tratando-se de código individual gerado para cada remessa, deve ser memorizado ou anotado com cautela, pois em geral não poder ser recuperado junto à empresa de transporte. Na eventualidade de o cliente perder o código de rastreio e o objeto postal ser extraviado, não é mais possível encontrar-se a encomenda.

Atualmente, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT só permite o rastreamento de objetos mediante código de rastreio, diferentemente de algumas de suas concorrentes do setor privado, que já permitem o rastreio por número de CPF do destinatário. Assim, o objetivo do autor com o presente projeto é alterar a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, conhecida como Lei Postal, para inserir dispositivo que obrigue as empresas de transporte de encomendas a fornecer, tanto ao remente quanto ao destinatário, funcionalidades que permitam o rastreio de encomendas mediante fornecimento do número de Cadastro de Pessoa Física – CPF ou número de documento fiscal, quando declarado.

Julgamos a iniciativa do autor bastante proveitosa. A adoção de um sistema de rastreio mais fácil e intuitivo, baseado em números de registro do remente ou do destinatário, trará benefícios econômicos para a própria empresa de transporte, além dos evidentes benefícios aos usuários. Ademais, os custos para implantação destas novas funcionalidades, em um cenário em que o rastreio já é corriqueiro, serão mínimos, não se vislumbrando qualquer óbice à implementação da medida.

Complementarmente, consideramos necessário fazer algumas pequenas modificações ao texto original, com o objetivo de torná-lo mais preciso. Primeiro, retiramos a expressão “obrigatórios” tanto da ementa quanto do art. 1º da proposta, por entendermos que essa palavra poderia induzir ao entendimento de que a postagem da encomenda só seria permitida mediante fornecimento de dados de rastreio por parte do remente. A omissão da obrigatoriedade não traz qualquer prejuízo ao texto, restando claro que a intenção do projeto é garantir uma nova facilidade aos cidadãos, e não lhes dificultar de qualquer forma o envio de encomendas.

Segundo, incluímos a possibilidade de rastreio das encomendas mediante fornecimento do número do CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), e retiramos a rastreabilidade por meio do número do documento fiscal. Entendemos que um sistema baseado no número do documento fiscal não acrescenta muito ao já existente, baseado no número de rastreio, uma vez que possui as mesmas limitações deste.

Terceiro, com o objetivo de proteger a intimidade tanto do remetente quanto do destinatário, acrescentamos dispositivo determinando que os dados pessoais fornecidos para viabilizar o rastreamento da encomenda deverão ser



armazenados de forma segura e mantidos sob sigilo, não sendo permitido seu uso para qualquer fim diverso do próprio rastreamento da encomenda. Os detalhes de como as informações de rastreio serão acessadas e quais dados serão necessários para realizar a identificação do interessado foram deixados a cargo da regulamentação.

Quarto, limitamos o alcance do rastreamento às encomendas nacionais. Conforme disposto no art. 14, inciso I, alínea “a” da Lei Postal, o objeto postal nacional é aquele “postado no território brasileiro e a ele destinado”. Tal restrição se mostra necessária face à inexistência de uma padronização mundial nos procedimentos de rastreio de objetos postais. Dessa forma, não é possível garantir a rastreabilidade de encomendas enviadas para outros países. Adicionalmente, incluímos a possibilidade do rastreio das encomendas internacionais durante seu transporte em território nacional, uma vez que nessa parte do trajeto a gestão da encomenda é feita de forma análoga à de uma encomenda nacional.

Por todo o exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 6.880, de 2017, nos termos do SUBSTITUTIVO que apresentamos.

Sala da Comissão, em 20 de setembro de 2017.

Deputado VITOR LIPPI

Relator

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.880, DE 2017**

Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, para incluir procedimentos de rastreabilidade das encomendas postadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, para incluir procedimentos de rastreabilidade das encomendas postadas.

Art. 2º A Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:

“Art. 11-A Toda encomenda nacional poderá ser rastreada pelo remetente ou destinatário mediante o fornecimento do respectivo número de CPF (Cadastro de Pessoa Física) ou CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), quando informados pelo remetente no momento da postagem, nos termos da regulamentação.

§ 1º Os dados pessoais do remetente e do destinatário deverão ser armazenados de forma segura e mantidos sob sigilo, não sendo permitido seu uso para qualquer fim diverso do rastreamento da encomenda.

§ 2º As encomendas internacionais poderão ser rastreadas, durante seu transporte em território nacional, nas mesmas condições aplicáveis às encomendas nacionais.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor seis meses após sua publicação.

Sala da Comissão, em 20 de setembro de 2017.

Deputado VITOR LIPPI  
Relator

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente, com substitutivo o Projeto de Lei nº 6.880/2017, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Vitor Lippi.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Paulo Magalhães - Presidente, Sandro Alex, Roberto Alves e Celso Pansera - Vice-Presidentes, Afonso Motta, Arolde de Oliveira, Carlos Henrique Gaguim, Eduardo Cury, Erivelton Santana, Fabio Reis, Franklin, Goulart, Heráclito Fortes, Jorge Tadeu Mudalen, Luiz Lauro Filho, Luiza Erundina, Marcelo Aguiar, Takayama, Veneziano Vital do Rêgo, Vitor Lippi, Walney Rocha, Ariosto Holanda, Caetano, Cesar Souza, Claudio Cajado, Fernando Monteiro, Hélio Leite, Izalci Lucas,

José Rocha, Jose Stédile, Josué Bengtson, Júlio Cesar, Milton Monti, Odorico Monteiro, Pr. Marco Feliciano, Ricardo Izar, Ronaldo Martins e Wilson Beserra.

Sala da Comissão, em 6 de dezembro de 2017.

Deputado PAULO MAGALHÃES  
Presidente

### **SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PL 6.880/17**

Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, para incluir procedimentos de rastreabilidade das encomendas postadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, para incluir procedimentos de rastreabilidade das encomendas postadas.

Art. 2º A Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:

“Art. 11-A Toda encomenda nacional poderá ser rastreada pelo remetente ou destinatário mediante o fornecimento do respectivo número de CPF (Cadastro de Pessoa Física) ou CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), quando informados pelo remetente no momento da postagem, nos termos da regulamentação.

§ 1º Os dados pessoais do remetente e do destinatário deverão ser armazenados de forma segura e mantidos sob sigilo, não sendo permitido seu uso para qualquer fim diverso do rastreamento da encomenda.

§ 2º As encomendas internacionais poderão ser rastreadas, durante seu transporte em território nacional, nas mesmas condições aplicáveis às encomendas nacionais.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor seis meses após sua publicação.

Sala da Comissão, em 06 de dezembro de 2017.

Deputado PAULO MAGALHÃES

Presidente

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------